

## **As Metodologias de Trabalho com as Famílias e a Estratégia de Ampliação das Capacidades das Famílias Enquanto Sujeitos Políticos, Ativos no Processo de Enfrentamento às Situações de Risco Vivenciadas**

Neste texto procuraremos destacar como, no cotidiano de trabalho na Política da Assistência Social, as metodologias devem abarcar dimensões relativas a perspectiva sistêmica, da complexidade das expressões da questão social e de diferentes capacidades das famílias e indivíduos fazerem o enfrentamento a estas questões.

Devemos pensar nossa ação enquanto estratégia de ampliação das capacidades destas famílias, que tem configurações e identidades/identificações diversas que impactam em suas liberdades de usufruírem sua condição de sujeitos de direitos. Devemos partir da compreensão que as transformações necessárias às famílias, que apresentam dificuldades em determinado momento de suas vidas, não dependem apenas delas, mas também de transformações que materializem direitos já instituídos e que abram possibilidade para outros a serem estabelecidos.

Isto diz respeito à ampliação da capacidade de perceber as famílias em sua diversidade, seja em termos de arranjos familiares, de ciclo geracional, de aspectos identitários. “Novas” questões são apresentadas para o nosso trabalho, relacionadas a aspectos referentes ao aprofundamento de dimensões importantes para pensar as capacidades de exercício de protagonismo dos sujeitos, a exemplo de direitos voltados a determinados grupos populacionais, como mulheres, crianças, idosos, legislações relativas a orientação de gênero, aspectos étnico raciais.

Estes movimentos no campo jurídico revelam uma movimentação anterior na sociedade. A reivindicação de aspectos identitários no campo das políticas públicas são justificadas em termos de tornar real a premissa de igualdade constitucional, uma vez que só temos efetivamente capacidade de viver em iguais condições de direito quando nossa diferenças são reconhecidas e levadas em conta na relação com o Estado e a Sociedade.

No campo da família, cabe ressaltar a luta pelas questões relativas a identidade sexual e orientação de gênero, retirando da invisibilidade jurídica, do descaso e da violência social, a condição de indivíduos que precisam ter garantido o direito de viver, amar e de ser feliz.

Neste sentido, o processo de conhecimento e análise das situações familiares estruturam-se a partir do reconhecimento sobre a configuração familiar, condições de vida, relações familiares, violação de direitos e expectativas da família em relação ao seu projeto de vida.

Dessa forma, estabelecemos um **primeiro ponto** importante deste nosso debate:



Metodologias de trabalho social com famílias não existem como algo pronto para ser aplicado, se constroem em processo e diálogo e, em alguma medida, devem reproduzir a complexidade das relações sociais, não se reduzindo apenas à esfera da relação no serviço, mas devem buscar o reconhecimento de todos os atores envolvidos no processo, nas políticas, sociedade civil, território.

Neste sentido, o que procuramos evidenciar é que o trabalho social com famílias, não deve se restringir ao pressuposto da existência de abordagens metodológicas preestabelecidas, que muitas vezes atuam mais como limite do que como ponte.

O que não quer dizer que as metodologias se estabeleçam sem planejamento, de forma intuitiva e experimental. Estamos nos referindo a trabalho, portanto a ação voltada para determinados fins. Neste sentido, as ferramentas metodológicas, partindo do acolhimento e escuta atentos e empáticos, devem ser identificadas e partilhadas tendo por base as premissas da Política, mas também o acúmulo no campo de defesa dos direitos humanos.

Precisamos aprender e nos fortalecer junto ao movimentos de mulheres, movimentos negros, movimentos de juventude, movimentos comunitários, porque estes muitas vezes atuam nas particularidades dos territórios, com base nas especificidades dos sujeitos, suas famílias, suas identidades, desejos, necessidades, demandas e realidade social, histórica e cultural.

Precisamos nos posicionar diante deste desafio compreendendo que ele resguarda dimensões relativas tanto aos fundamentos teórico-metodológicos e éticos-políticos que estruturam esta Política Pública, quanto ao enquadramento que damos a estes fundamentos. Temos desde o primeiro texto destacado que não há neutralidade e nós precisamos perceber quais as referências que temos utilizado para fazer o enquadramento da realidade, porque isto impacta a ação.

Em se tratando de trabalho com famílias, está muito presente que a nossa própria compreensão (por termos também uma experiência familiar) influi na nossa concepção sobre a forma como as famílias deveriam se organizar, ou responder às demandas em seu cotidiano.

Precisamos ter uma atenção especial para o efeito e impacto das questões de credo e doutrina religiosa entre nós. A religiosidade e a fé são importantes aspectos relacionados às identidades e identificações dos sujeitos, mas valem para o sujeito, não devem direcionar a nossa ação, uma vez que enquanto agentes públicos devemos ter respeito ao princípio da laicidade do Estado.

Vamos ver alguns exemplos de como isto opera no cotidiano.

De um modo geral, existe uma tendência ao estabelecimento de uma dualidade entre o que a família deve ser e o que ela não deve ser. “Amor”, “Afeto” e “União” formam o plano ideal, o inverso é por muitas vezes referenciado como “deseestrutura”, “abandono” e “violência”, dimensões sobre o que família não deve ser.

No entanto, toda postura pré-concebida é arriscada. Estabelecer uma regra sempre é se colocar numa posição extremamente frágil. Ainda nos ronda uma identificação com um ideal de família abstrata (ainda que claramente heterossexual, monogâmica e nuclear), reprodução romanceada, fundamentada em imagens, histórias e linguagens, onde as famílias são efetivamente o lugar do afeto, da união, da casa do casal e dos/as filhos/as.

Este imaginário impacta a nossa ação, se materializando na forma como nos relacionamos com o seu inverso, com arranjos familiares considerados menos “aptos”, ou “ineficazes” em sua capacidade de proteção. Infelizmente ainda é bastante comum a referência a “*famílias desestruturadas*”, compreensão necessariamente vinculada a suposta existência de um modelo de família. Portanto, ainda há entre nós uma separação entre o que é a representação do ideal de família e da família com a qual atuamos no dia-a-dia. É um risco a busca por representações relativas às características desejáveis às famílias, por estabelecer uma espécie de linearidade asséptica, manifesta no estabelecimento de planos contrários: o desejável e o indesejável.

Estes planos pré-concebidos não estão incorporados às prerrogativas constitucionais ou da política, mas acabam impactando cotidianamente a ação na política, a exemplo de um fenômeno bastante assustador: a eleição para o legislativo de candidatos que apresentam a pauta de “defesa da família tradicional”, encobrendo na verdade uma perspectiva bastante conservadora, violenta e, até mesmo, fascista sobre a sociedade.

A importância deste debate refere-se ao fato de que as temáticas relativas a este curso não são temáticas que podem ser desenvolvidas apenas no plano cognitivo. Como afirmado no Texto 1, envolvem aspectos cognitivos, emocionais e afetivos, que estão relacionados às representações formadas por nós em nosso campo de ação.

Isto posto, apresentamos **o segundo ponto** de sustentação de nossa formação:



O trabalho junto as famílias demanda objetivos refletidos pelos sujeitos da ação, adensados em relação aos conhecimentos específicos que orientam a sua intervenção para o estabelecimento das formas de abordagem, de acolhimento, escuta, do planejamento e documentação.

Os conhecimentos necessários para o estabelecimento de Metodologias de Trabalho com as Famílias no SUAS não se reduzem ao escopo deste curso. Existem a partir da interrelação das diversas temáticas que perfazem a proposta de uma Educação Permanente no SUAS. Estamos mobilizando, ao falar de trabalho com as famílias aspectos relativos à: política social, questão social, família, violência, território e intersectorialidade, na perspectiva do estabelecimento de processos coletivos de trabalho, envolvendo outras políticas públicas, com o objetivo primordial de que a formação contribua para o enfrentamento das ações pontuais e fragmentadas.

Em síntese, o nosso desafio é mobilizar cotidianamente no chão de trabalho as dimensões relativas tanto aos fundamentos teórico-metodológicos e éticos-políticos para nortear nossa ação, no sentido de obter as informações qualificadas para a intervenção. Essas informações são fornecidas e significadas pelos sujeitos, o que deve fundamentar a análise/avaliação da decisão sobre quais são as metodologias que apresentam maior potencial de ampliação das capacidades das famílias enquanto sujeitos políticos, ativos no processo de enfrentamento às situações de risco vivenciadas.

Para adensar esta reflexão, vamos nos remeter à forma de organização do SUAS em termos dos diferentes níveis de proteção e garantias socioassistenciais a serem afiançadas:

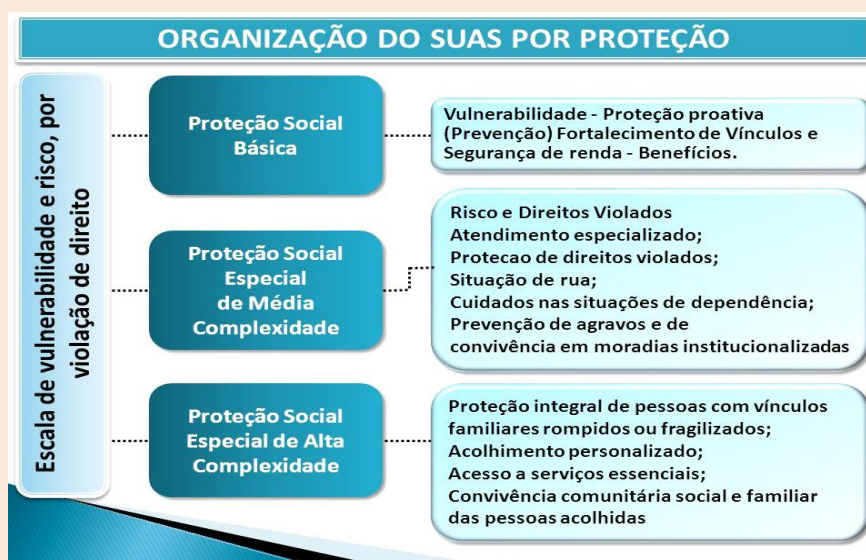


Figura: Apresentação institucional MDS - O SUAS e as pessoas com deficiência, setembro de 2016.



Estamos, portanto, atuando em uma política organizada através de níveis de proteção social, voltados às situações de risco e vulnerabilidade social vivenciadas. Esta matriz é que estrutura as ofertas e ações a serem desenvolvidas no contexto deste Sistema. Os níveis de proteção, organizados em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, estão orientados por uma premissa comum: da matricialidade sociofamiliar, da territorialidade e da intersetorialidade, de modo que as intervenções atendam não apenas as demandas postas à Assistência Social, mas atuem no enfrentamento das expressões da questão social no cotidiano das famílias.

Os serviços de referência são o CRAS e o CREAS e, em termos das ofertas, apresentamos abaixo uma sistematização:

Serviços de Proteção Social Básica	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) PAIF;</li> <li>b) SCFV;</li> <li>c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) PAEFI;</li> <li>b) Serviço Especializado em Abordagem Social;</li> <li>c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA, e de PSC;</li> <li>d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias;</li> <li>e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva.</li> <li>b) Serviço de Acolhimento em República;</li> <li>c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;</li> <li>d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.</li> </ul>

Figura: Apresentação institucional MDS - O SUAS e as pessoas com deficiência, setembro de 2016.

Cabe ressaltar que a atuação nos diferentes níveis de complexidade resguarda particularidades pelas situações vivenciadas pelas famílias. O que implica na existência ou rompimento de vínculos que podem ser fortalecidos ou acionados como estratégia de proteção. Na construção da política costumamos nos referir à Proteção Básica como atuando em situações de vulnerabilidade onde ainda existem vínculos familiares e territoriais, e na Proteção Social Especial com uma dupla situação, a do risco de rompimento destes vínculos em face a violações de direitos (caso da média complexidade) e a da inexistência dos mesmos (caso da alta complexidade).

No entanto, gostaria de colocar aqui uma questão: será que no plano da realidade nós lidamos apenas com este duplo: presença X ausência?



Fonte: Google imagens

Michelle Perrot, em “Nó e Ninho” (1993), produz uma narrativa histórico-conceitual sobre a família reconhecendo que a cada período histórico se estabelecem padrões e estigmas para se tratar a família. Em síntese, para a autora a família existe também enquanto abstração conceitual, reforçando os opostos perigosos (amor x violência, vínculo X não vínculo), já apresentados. Assim, o reconhecimento de que a família, independente das formas que assume, é um espaço de relações dinâmicas e contraditórias, nos leva a destacar aqui a complexidade sobre as ações entre os níveis de proteção (em se tratando de vínculos familiar), entre os serviços de referência (CRAS e CREAS), a partir do pressuposto presença x ausência, já que a “não cotidianidade” dos vínculos não corresponde a vínculos que não precisem ser tratados, significados pelos sujeitos e mediados pelo profissional.

A escala de risco delineada é a dimensão determinante para pensarmos nossa ação. Os objetivos do nosso trabalho impactam de forma diferenciada os sujeitos no cotidiano, em sua capacidade de ação e reação. O apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais implica esta dimensão.

Refletimos sobre isto ao tratar dos públicos referentes aos diferentes níveis de proteção. O convite deste curso especificamente é que vocês reflitam de forma mais integrativa do que isolada, usando como “cimento” para a fundamentação da ação as capacidades de funcionamento das famílias e indivíduos em relação as expressões da questão social e de atuarem enquanto sujeitos políticos, ativos no processo de enfrentamento às situações de risco vivenciadas.

Vejamos o exemplo do Trabalho com Famílias no PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias:

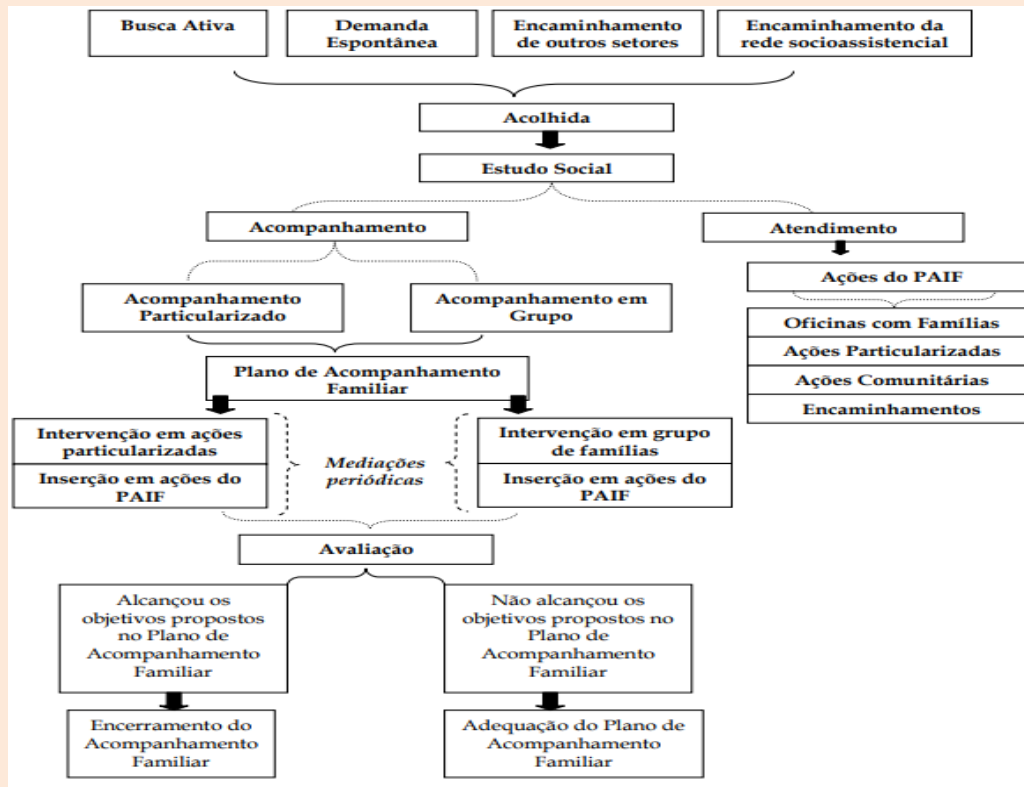


Figura: Orientações técnicas sobre o PAIF. V2. O Serviço de Proteção e Atendimento Social à Família (PAIF).

Percebam a complexidade dos fluxos que compõem a dimensão de acompanhamento familiar. Remetendo desde o processo de “chegada” destas famílias/ indivíduos ao serviço, até a avaliação da efetividade dos processos desenvolvidos, levando à possibilidade de encerramento ou a adequação do Plano de Acompanhamento Familiar. Resguardadas as particularidades, esta complexidade também é constitutiva do PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos.

Nos detalhamentos ao acolhimento, ele remete necessariamente às possibilidades de “conhecer as situações” vivenciadas pelas famílias/indivíduos e seus territórios (trabalharemos com esta perspectiva mais adiante). O acolhimento deve permitir a constituição de um plano de identificação e avaliação familiar que não esteja circunscrito apenas ao problema de risco ou violência relatado, mas às formas de compreender a ambiência do risco e da violação manifesta e/ou descrita pelos sujeitos.



Acolher significa olhar de perto, de dentro, sem julgamentos, respeitando o tempo do sujeito se revelar. É um processo contínuo de progressiva identificação entre sujeitos. A escuta atenta e empática deve perpassar todo o processo, para o conhecimento das situações vividas.

Portanto [...] cabe refletir sobre o tipo de família a que a ação se destina e se ela terá algum significado. Por exemplo: qual a composição desta família? Quem são seus membros? Quantos homens e mulheres? Qual o ganho financeiro da família? Quem destina mais recursos para a manutenção da casa? A que grupos raciais ou étnicos pertencem? Qual a idade de seus membros? Quais são suas crenças e identidades culturais? Que história de vida cada um deles tem para contar? Em que área vivem (urbana ou rural)? De onde vêm? Quais serviços estão disponíveis no território? Quais as atividades desempenhadas no dia - a - dia pelos homens e mulheres, incluindo-se as crianças, os jovens e idosos? Como cada um dos membros da família usa o seu tempo? Quais as expectativas e necessidades de cada um dos membros da família com relação ao trabalho social que será realizado? É necessário o encaminhamento para serviços da Proteção Social Especial ou de outras políticas públicas? O que cada um mais gosta ou menos gosta de fazer? A família conta com rede social de apoio (amigos, vizinhos, parentes que ajudam em momentos difíceis)? (BRASIL, 2012, p.96)

Este processo de desvelamento da realidade, junto com as famílias, em estratégias que envolvem momentos de particularização e de coletivização dos riscos e das demandas, representa o reconhecimento de que é possível construir alternativas para o que se está vivendo, contribuindo para a conquista da autonomia.

Dentre as estratégias possíveis, para fundamentar as oficinas com as famílias/indivíduos, as ações particularizadas e comunitárias, está a Pedagogia Problematicadora, com base em Paulo Freire, que se fundamenta na compreensão de que, enquanto seres históricos, as famílias precisam ser fortalecidas em sua capacidade de lutar contra as opressões, serem ativas em processos de transformação social. (BRASIL, 2012).

Em diálogo com esta abordagem está a Pesquisa-Ação, defendendo o uso da pesquisa-problematização junto com os sujeitos, onde a pesquisa não é para dar certezas, mas para possibilitar o questionamento de verdades já instaladas e abrir novas alternativas de busca. Neste sentido, apresenta ferramentas que estimulam a participação das famílias e seus membros, contribuem para a reflexão sobre suas condições de vida, valorizam os saberes de cada um, propiciam uma visão crítica do território, permitindo o reconhecimento do dever estatal em assegurar direitos. (BRASIL, 2012).

Em relação a avaliação, esta deve ser processual e permanente durante todo o acompanhamento familiar, deve mediar o processo coletivo de busca de alternativas de enfrentamento das situações e, em alguma medida, interferir no campo da organização e gestão dos serviços. Este movimento é o que permite que a Rede seja artesanalmente tecida, fortalecida, no cotidiano, por meio de seus dois pilares fundamentais – a intersetorialidade e a interdisciplinaridade.

Desta forma, compreende-se que as respostas às situações que afligem as famílias estão além delas mesmas, exigindo ações tanto no plano da família, na sua singularidade, como no plano do planejamento e na gestão para que sejam garantidos e ampliados os direitos sociais. Ressaltamos que é possível utilizar elementos de várias abordagens metodológicas, desde que não sejam contraditórias em seus fundamentos. Não é preciso eleger somente uma abordagem, pois o trabalho social com famílias é algo complexo e que demanda um olhar multifacetado para o alcance de seus objetivos.

Entre as atividades que são comuns aos diferentes serviços e ofertas estão as estratégias de identificação das necessidades das pessoas que buscam ou são encaminhadas ao CRAS e CREAS, o acolhimento destas famílias/indivíduos, a análise e encaminhamento de suas demandas expressas ou percebidas, a atenção especializada às situações que perfazem os seus cotidianos, a orientação sobre direitos, encaminhamento para outros serviços da Assistência Social e de outras políticas, como saúde, educação, trabalho e renda, habitação, orientação jurídica, acesso à documentação, entre outros.



Figura: Apresentação Institucional do MDS – O Trabalho social com as Famílias no contexto da política de Assistência Social.

Isto implica em formas de organização dos processos de trabalho, em formas de construção coletiva na equipe do serviço de referência, e entre as equipes desta e de outras políticas, tendo sempre como base o sujeito referenciado por uma determinada configuração familiar, de atributos de identidade, de formas diferenciadas de vinculação a um ou mais territórios.

Estas dimensões associadas as condições de trabalho e aos contornos reais da rede de apoio, dão a magnitude de nosso desafio. A dimensão da intersectorialidade e o fato de que o trabalho é realizado em equipe, também nos impõem desafios da ordem relacional, da mediação de possíveis conflitos entre agentes públicos e de trabalhadores e atores da rede privada que também tem atribuições nesta Política.

As possibilidades de reduzir/equacionar as questões da relação entre oferta e demanda, a relação entre os diferentes sistemas (por exemplo do SUAS com o SUS e o Sistema de Justiça) também precisam ser incorporados enquanto dimensões constitutivas do nosso fazer.

Os riscos e violações são produzidos e ressignificados no campo das relações sociais, fenômeno estrutural, coletivo e individual. Nessa perspectiva, compreende-se também que a responsabilidade pela “eliminação” da violência, ultrapassa as possibilidades de proposições e ações circunscritas em programas ou serviços no campo de uma determinada política.

***Nesse sentido, coloca-se o trabalho social com famílias no campo do debate das necessidades humanas e não dos problemas familiares. Acompanha-se a lógica de uma concepção de políticas sociais voltadas ao atendimento das necessidades da população, em que a presença do Estado é fundamental na garantia dos diversos serviços que promovem o bem-estar social.***

Nos referimos no Texto 2 ao desafios de trabalhar com questões que envolvem um conhecimento bastante específico, como os referentes às pautas dos direitos humanos. Exemplo disto são as questões relacionadas à orientação sexual, povos e comunidades tradicionais, novas formas de violência e violação como por exemplo o *bullying* (termo utilizado para descrever atos de violência física e/ou psicológica, de forma intencional e repetida). Neste campo está apontada a importância de atuar de forma articulada com grupos e movimentos sociais que cotidianamente lidam, demandam e atuam em pautas de reivindicação específicas, a exemplo do campo saúde, educação, habitação, cultura, lazer e trabalho, de forma a atender as necessidades com incidência no cotidiano das famílias.

O direito à cidade, o acesso à moradia, é uma demanda importante para ser em alguma medida mediada, prevista, por esta política. Recife, por exemplo, é uma das cidades do Brasil com maior número de conflitos urbanos, com a expulsão de diversas famílias de seu território de pertencimento e que tem sérias implicações em termos de aprofundamento dos riscos sociais vivenciados, com forte projeção para situações de violações de direitos. Migrar de uma área para outra da cidade, em busca de um aluguel mais barato, ou de ter “capacidade” de morar, implica em vínculos muito frágeis no território, o que muitas vezes é fatal para as famílias mais pobres.

Não ser reconhecido como parte de um contexto faz com que “não se possa contar com”, o que é um fator importante de agravamento de situações de insegurança social.

Milton Santos já nos alertava de que a dimensão do território está vinculada ao território que se usa, corpo vivo, animado.

Esta visão de totalidade dos territórios de gestão permite entender em que contexto o conjunto de serviços daquele território está inserido e quais dinâmicas estão delineadas em termos de acessos e impedimentos de acessos à proteção social. Isto é vital, porque o trajeto das famílias acontece em diversos pontos da cidade.

O território de abrangência é ponto de partida tanto para a proteção e defesa, como para a compreensão das condições concretas e as relações que se estabelecem nos territórios de vivência. Mas como veremos o território é, essencialmente, dinâmico. Não podemos cair na armadilha de achar que as pessoas estão fixadas apenas na sua referência de moradia, elas circulam na cidade e, por vezes em outros municípios, na busca de proteção, nas suas estratégias de sobrevivência e na de qualidade no atendimento. Nessa procura e ao circular, criam e recriam constantemente novas territorialidades. E, isto é um desafio a ser considerado na lógica de organização da rede socioassistencial. Do contrário, estaremos criando não só ilhas artificiais de vulnerabilidades sociais, mas também de proteção, correndo o risco, inclusive de fragmentar as dimensões coletiva e social das manifestações da questão social que a política deve enfrentar e do direito social que ela busca garantir. (BRASIL, 2013, pp. 44-45)

Nesse âmbito, temos que compreender a territorialização das ofertas com umas das dimensões mais revolucionárias desta política. Pensar a partir das dinâmicas territoriais permite adensar processos intersetoriais com articulação entre os serviços no conjunto das políticas sociais, bem como entre as instâncias envolvidas no atendimento às famílias, como o judiciário, o executivo em suas diversas políticas, e os espaços de controle social.

A intersetorialidade e interdisciplinaridade envolvem portanto a articulação e integração entre as políticas, entre o Estado e a sociedade civil, e no interior da própria Política de Assistência Social, entre os diferentes níveis de Proteção Social, através das equipes e ações do CRAS e do CREAS principalmente.

Esta integração deve se materializar em diferentes níveis de ação, a exemplo dos desafios de conduzir a realização de estudos e diagnósticos sobre os diferentes aspectos da realidade social com o protagonismo das famílias, objetivando o exercício de sua cidadania, seja por meio da inclusão em serviços socioassistenciais ou por intermédio de sua consciente ativa e crítica participação em fóruns decisórios. O que significa abrir o horizonte de nossa ação para remetê-las à participação política em diferentes espaços, dentre os quais se incluem: as próprias instituições; programas, serviços e também os



conselhos de direitos; os movimentos de base sociocomunitária; e os movimentos sociais na sua diversidade (BRASIL, 2102).

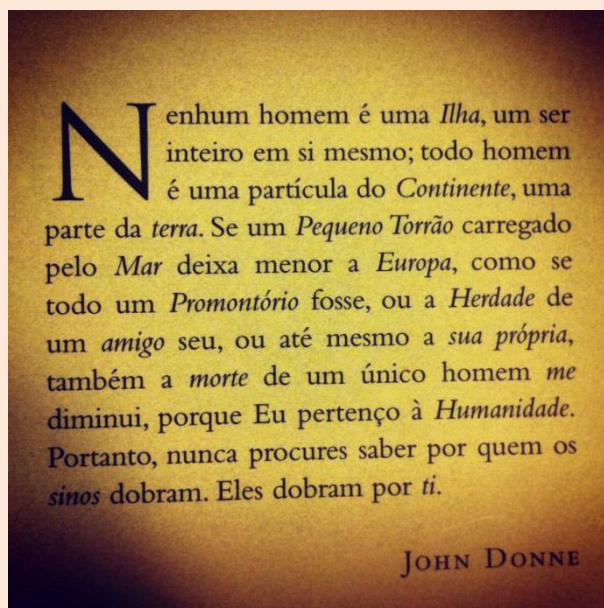
Estamos tratando portanto com um campo de relações entre sujeitos e entre sujeitos e sociedade, e entre ela e outras esferas. Para isto temos que incorporar estas dimensões das identidades, do trabalho, da questão social ao espectro de nossa ação. Nem a família é uma unidade genérica, nem os sujeitos o são.

E, nesta perspectiva, o papel do/a trabalhador/a não é o de ser um “faz tudo”, mas o de perceber estas dimensões e conseguir territorialmente perceber estratégias de articulação, por exemplo, com o movimento negro, movimento de mulheres, movimento LGBTi.

Entra aqui mais um dos elementos que revelam a importância e o papel da educação permanente. Estamos lidando com uma política que conseguiu alcançar um grau significativo de refinamento em sua estrutura, ofertas, previsão de fluxos, mas demanda um movimento cotidiano (e algumas vezes exaustivo) de criar a ambiência para sua concretização.

Daí a importância do monitoramento das ações realizadas, estudos de caso partilhados entre a equipe multiprofissional, diálogo com as instâncias de controle social, com a sociedade civil, o incentivo à participação dos profissionais em eventos para a formação.

Finalizamos este texto com a perspectiva de que as metodologias não são dadas à priori, mas se constroem enquanto processo e se estruturam a partir de determinadas perspectivas teórico metodológicas e políticas, percebidas e levadas a cabo por sujeitos também políticos e com papel fundamental em termos de ampliação das frentes de enfrentamento e resistência para a efetivação de uma sociedade democrática.



Fonte: Google Imagens

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. v2. O Serviço de Proteção e Atendimento Social à Família (PAIF), segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. 1. ed. Brasília, 2012.

BRASIL, CapacitaSUAS Caderno 3. **Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social** / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.

PERROT, Michelle. **O nó e o ninho**. In: Veja 25: reflexões para o futuro. São Paulo: Abril, 1993.

PREFEITURA DE CAMPINAS. Secretária Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social. **Parâmetros para o trabalho social com famílias na proteção social especial de média complexidade**. Relato de Experiências. Campinas, 2013.